



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Glauber Braga)

Requer que seja realizada Audiência Pública para debater o teor do Ofício 27/2016 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC-MEC).

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24 combinado com o 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para debater o teor do Ofício 27/2016 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC-MEC).

Para realização da Audiências Pública, sugerimos os seguintes convidados deixando em aberto para outras indicações:

- Representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

- Marcelo Bender Machado, diretor do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica);

- Carina Vitral, presidenta da UNE (União Nacional dos Estudantes);

- Camila Lanes, presidenta da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas);

- Fernanda Glaucia da Silva Santos, participante da Ocupação ISB- Estrutural;

- Deborah Duprat- Ministério Público Federal, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;

- Conselho Nacional de Educação.

Justificação

Desde que os protestos dos jovens, na forma das ocupações de escolas, tomaram corpo no Brasil, tem surgido diversas tentativas de intimidação por parte de diferentes instâncias de poder.

Em São Paulo, onde as ocupações atingiram seu ápice nos últimos meses de 2015, foi perceptível a mobilização do aparato policial do Estado no sentido de intimidar e reprimir os estudantes.

A nova onda de ocupações, que incide de forma particular sobre os Institutos Federais, insurge-se contra medidas que afetam diretamente a vida dos estudantes, como a MP 746/2016, que propõe uma reformulação do ensino médio impositiva, vinda do alto, sem discussão com as diversas instâncias sociais interessadas no debate, e a PEC 241, que, estabelecendo um teto de gastos públicos por 20 anos, pode, segundo especialistas, afetar de forma grave setores estratégicos dos serviços públicos brasileiros, como a própria educação.

Diante do ritmo e teor das reformas e da impermeabilidade do governo em debater as propostas, é apenas natural que variadas esferas da sociedade expressem sua indignação de forma a tentar, ao

menos, instar os setores encastelados no executivo federal a ouvirem as demandas da população.

As diversas ocupações de escolas e institutos surgidas recentemente não têm outro propósito que não chamar a atenção tanto do governo como da sociedade como um todo para as graves mudanças impostas pelo governo que podem ter sérias e diretas consequências na vida do estudantado brasileiro. Democráticas e pacíficas, as ocupações são corolário do direito à livre manifestação, não carreando qualquer intenção de posse ou esbulho sobre bens públicos.

Entretanto, o governo, ao invés de se abrir ao diálogo, tem tomado atitudes que em muito se assemelham à linha de atuação dos órgãos de repressão dos tristes anos em que este país viveu sob o jugo de uma ditadura militar.

O ofício de que trata este requerimento, exemplo gritante de tão antidemocrático proceder, insta as diretorias dos institutos federais a procederem à identificação dos membros das ocupações, sem esclarecer, entretanto, os motivos pelos quais a requer. Sinalizando medida que pode afetar a toda sociedade, ameaça ainda não realizar o ENEM na data prevista, atribuindo o atraso às ocupações.

Entendemos que, estando os participantes das ocupações em pleno gozo de seus direitos, tal medida só poderia servir para intimidar e aplicar punições indevidas aos estudantes que estão, no momento, a defender seus direitos.

Portanto, faz-se necessário discutir o teor do ofício citado com os setores envolvidos nas ocupações, bem como com integrantes do Ministério da Educação, para que se possa esclarecer as intenções por trás da descabida solicitação ministerial, bem como investigar a existência de eventuais abusos contra o corpo estudantil envolvido nos protestos, justificando-se, assim, a necessidade de audiência pública.

Termos em que pede e espera a aprovação deste requerimento.

Sala de reuniões, em 24 de outubro de 2016

GLAUBER BRAGA

Deputado Federal - PSOL/RJ